UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA

VITÓRIA CAROLINE XAVIER SARAIVA

**O PAPEL DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA CRIANÇA EM
PROCESSO DE ADOÇÃO**

JUAZEIRO DO NORTE -
CE 2023

VITÓRIA CAROLINE XAVIER SARAIVA

**O PAPEL DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA CRIANÇA EM
PROCESSO DE ADOÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Ma. Moema Alves Macedo

VITÓRIA CAROLINE XAVIER SARAIVA

**O PAPEL DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA CRIANÇA EM
PROCESSO DE ADOÇÃO**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Ma. Moema Alves Macêdo

Membro: Me. Tiago Deividly Bento Serafim / UNILEÃO

Membro: Ma. Larissa Maria Linard Ramalho / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE -
CE 2023

O PAPEL DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS NA CRIANÇA EM PROCESSO DE ADOÇÃO

Vitória Caroline Saraiva Xavier¹
Moema Alves Macêdo²

RESUMO

A adoção é responsável por incluir uma criança que passou pelo processo de destituição familiar, dentro do seio de uma família substituta. A prática da adoção, enraizada historicamente desde 1916 e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, é explorada sob a lente psicológica para compreender como a transição para uma nova família afeta o desenvolvimento emocional das crianças. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral compreender como a psicologia pode auxiliar na construção de vínculos na criança em processo de adoção e como objetivos específicos: discorrer sobre o processo legal de adoção no Brasil e sobre a importância do vínculo familiar para a criança, além de apresentar alguns caminhos de atuação da psicologia nesse âmbito. Este estudo se caracteriza como uma revisão narrativa da literatura com caráter exploratório, produzida com achados nas plataformas: PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), BDTD (Biblioteca Nacional Brasileira de Teses e Dissertações) e Google Acadêmico. Portanto, percebe-se que a psicologia é uma peça fundamental na compreensão das complexidades emocionais enfrentadas por crianças e suas famílias em processo de adoção. As ferramentas psicológicas proporcionam *insights* valiosos que, de outra forma, poderiam passar despercebidos.

Palavras-chave: Adoção. Vínculo. Psicologia. Parentalidade. Brasil.

ABSTRACT

Adoption is responsible for placing a child who has gone through the process of family destitution within the bosom of a substitute family. The practice of adoption, historically rooted since 1916 and regulated by the 1990 Statute of the Child and Adolescent, is explored through a psychological lens to understand how the transition to a new family affects children's emotional development. The general aim of this article is to understand how psychology can help to build bonds between children in the process of adoption. The specific aims are to discuss the legal process of adoption in Brazil and the importance of family ties for children, as well as presenting some ways in which psychology can work in this area. This study is characterized as a narrative review of the literature with an exploratory character, produced with findings on the following platforms: PEPSIC (Electronic Journals in Psychology), SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Virtual Health Library), BDTD (Brazilian National Library of Theses and Dissertations) and Google Scholar. It can therefore be seen that psychology is a fundamental part of understanding the emotional complexities faced by children and their families in the adoption process. Psychological tools provide valuable insights that might otherwise go unnoticed.

Keywords: Adoption. Bonding. Psychology. Parenting. Brazil.

---

¹ Discente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – vitoriacarolinepsi@gmail.com.

² Docente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – moema@leaosampaio.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discute sobre a atuação da psicologia na construção de vínculos em processo de adoção, tendo em vista a fragilidade do mesmo. Por isso, teve como objetivo geral compreender como a psicologia pode auxiliar na construção de vínculos na criança em processo de adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi desenvolvido em 1990 para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, para que seu desenvolvimento seja favorável, isto é, para que crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento saudável, eles devem ter direito à saúde, à educação, ao lazer, à alimentação, ao esporte, à moradia. E as instâncias: Estado, sociedade e família, têm o dever de garantir esses direitos (Brasil, 2022).

A partir disso, compreende-se que é importante que a criança e o adolescente estejam inseridos dentro de uma instância familiar, porque é também essa instância que vai dispor de ferramentas que garantem alguns dos direitos como: alimentação, lazer e moradia. E é também essa família que deve buscar com o Estado, e a sociedade em geral, vários outros direitos, como educação e saúde.

Assim, entendendo a importância e necessidade da família, a Constituição Federal (1988) fala sobre a adoção. A adoção acontece quando por algum motivo, a criança e/ou adolescente foi privada de sua família biológica, e assim, ela tem o direito de ingressar em um novo ambiente familiar favorável ao seu desenvolvimento, tendo seu direito à proteção integral garantido.

Por muito tempo o conceito de família esteve totalmente relacionado a consanguinidade, também esteve relacionada ao patriarcado, onde havia um homem progenitor que detinha todo o poder sobre os demais integrantes, e ainda, teve relação com a religiosidade, que determina que o homem e a mulher são feitos um para o outro, e dessa relação devem procriar. No entanto, hoje compreende-se que família deve ser “mais do que uma simples reunião de pessoas com o mesmo sangue. Família é encontro, afeto, companheirismo, é dividir para somar” (Santos, 2020, p.20).

Hoje, a Constituição brasileira traz um conceito exemplificado de família, seguindo esta interpretação, a entidade familiar deixa de ter um entendimento apenas biológico e patrimonialista, para ser o lugar de desenvolvimento das potencialidades e da intensa busca da felicidade de cada um dos seus integrantes (Dias, 2014 *apud* Santos, 2020, p. 19).

Para isso, nos processos de adoção é necessário que a construção do vínculo afetivo entre adotante e adotado seja construído e fortificado. Isto porque, para Schneider e Ramires

(2007) a qualidade da construção de um vínculo é um fator importante para resiliência no enfrentamento das dificuldades das diversas fases da vida. E como se entende, quando uma criança está na fila de adoção significa que já houve um rompimento anterior de vínculos entre ela e a família biológica (Otuka; Scorsolini-Comin; Santos, 2009), sendo assim, é de extrema importância que um profissional da psicologia atue no sentido de auxiliar a criança no enfrentamento da quebra de vínculo anterior e na abertura do novo vínculo que está por vir.

Nesse sentido, esse trabalho visa responder à pergunta de como a psicologia pode contribuir para a construção de vínculos na criança, em relação à família substituta, em processo de adoção?. Para tal, primeiro será necessário entender como se dá o processo de adoção no Brasil, em seguida, discutir a importância do vínculo materno/paterno para o desenvolvimento infantil, e por fim, identificar quais as principais ferramentas utilizadas pela psicologia para trabalhar os vínculos afetivos em relação à família substituta com crianças em processo de adoção.

A escolha da temática surgiu a partir de uma combinação de interesses pessoais e acadêmicos. Devido ao interesse pela psicologia e seus impactos sobre as relações interpessoais, desenvolvi a diligência de entender como a psicologia poderia desempenhar um papel na formação de vínculos sólidos e parentais nas crianças em processo de adoção e sua nova família.

Ao longo dos cinco anos do processo de graduação, o interesse em relação ao desenvolvimento infantil através da ajuda da psicologia foi crescendo, e devido a questões pessoais relacionadas a um processo de adoção na família, houve uma sensibilização, e percebeu-se a oportunidade de entender como poderia ajudar crianças e seus familiares na criação de um vínculo parental, buscando principalmente trabalhar a rejeição de alguma das partes. Entendendo que a formação de vínculos saudáveis durante as primeiras fases do processo de adoção influenciam diretamente na finalização de um processo satisfatório, resolveu pesquisar e dedicar-se ao tema, tendo em vista que famílias que não formam vínculos podem querer desistir do processo de adoção, o que gera sofrimento para ambas as partes. Além disso, essa construção de vínculo com a família substituta pode influenciar no bem-estar emocional da criança, e também moldar sua perspectiva e capacidade de relacionamento ao longo da vida.

Por fim, a escolha desse tema não apenas como um projeto acadêmico, mas também como uma forma de contribuir para uma compreensão mais profunda do impacto da psicologia na construção de relacionamentos significativos, me deu a oportunidade de explorar como profissionais da psicologia podem ajudar crianças em processo de adoção a

desenvolver laços seguros e saudáveis de uma maneira que promova um impacto positivo no desenvolvimento de crianças, além de ajudá-las a serem inseridas num ambiente emocionalmente acolhedor.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, pode-se considerar esta pesquisa de finalidade básica, pois reúne estudos que têm como propósito preencher uma lacuna no conhecimento (Gil, 2008). Isto é, ela visa obter conhecimentos a respeito de como a psicologia pode contribuir para a construção de vínculos na criança em processo de adoção (situação específica).

Além disso, se caracteriza como pesquisa exploratória por ter “como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícitos” (Gil, 2008), neste caso, explicitar melhor “como a psicologia pode contribuir para a construção de vínculos na criança em processo de adoção?”. Para isso, serão utilizados dados qualitativos, por meio de uma revisão narrativa de literatura.

Segundo a UNESP (2015), a revisão narrativa da literatura é uma metodologia de pesquisa, onde iremos buscar estabelecer possíveis respostas, ou nos aproximarmos de respostas, a partir de questões mais amplas, caracterizada por sua abordagem ampla, que geralmente não se inicia com uma pergunta específica estritamente definida, tornando desnecessário o uso de um protocolo rigidamente estabelecido para sua elaboração. Ou seja, a seleção do material a ser utilizado se torna, de certa forma, mais “livre”, sendo determinado por uma análise pessoal do que será interessante ser citado ou não (Moretti, 2021). A UNESP (2015) concorda ao mencionar que a seleção de artigos é conduzida de maneira arbitrária, o que pode levar a informações suscetíveis ao viés de seleção, influenciadas em grande parte pela percepção subjetiva do autor.

Além disso, fica aberto para que o pesquisador possa selecionar artigos, livros, periódicos e tese, bem como reportagens ou outras fontes que não sejam de caráter científico (Moretti, 2021). A busca por fontes de informação não segue um caminho pré-determinado e específico, muitas vezes sendo menos abrangente (UNESP, 2015). É por isso, que Moretti (2021) defende que não é necessário o autor explicar os critérios de seleção do material utilizado.

No que se refere ao método de análise de dados, na fase da pré-análise da pesquisa, foram utilizadas as bases de dados: PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), BDTD (Biblioteca

Nacional Brasileira de Teses e Dissertações) e Google Acadêmico. O período de coleta se deu entre os meses de fevereiro e outubro de 2023. A língua utilizada foi Português (BR). As palavras-chaves utilizadas foram: “vínculos”, “parentalidade”, “adoção”, “Brasil”, “crianças”, e “psicologia”. No geral, foram encontrados cerca de 23 (vinte e três) trabalhos sobre a adoção e psicologia.

Na fase de exploração da pesquisa, inicialmente foi feita uma leitura flutuante dos 23 documentos encontrados, a partir dessa leitura percebeu-se que a maioria dos trabalhos encontrados se referiam a diversos temas que envolviam adoção e psicologia, não falavam especificamente sobre a psicologia e a construção de vínculos, desse modo, utilizou-se como critério trabalhos que uniam as palavras-chaves “Adoção, Crianças, Vínculos, Psicologia”. Assim, restaram apenas 13 artigos nesse banco de dados, sendo esses:

Quadro 1- Artigos selecionados nos bancos de dados pesquisados.

Autores	Título	Data de publicação	Resumo
Alvarenga e Bittencourt	A Delicada Construção de um Vínculo de Filiação: O Papel do Psicólogo em Processos de Adoção.	2013	O trabalho propõe uma reflexão crítica sobre questões envolvidas no processo de adoção. Tomam-se como bases teóricas diversas pesquisas contemporâneas sobre as consequências do abrigamento no processo de subjetivação da criança, assim como estudos sobre sua inserção em família substituta. Através das contribuições de Winnicott, busca-se compreender o processo de maturação da criança abrigada, em suas elações com o ambiente. O papel do Psicólogo como intermediário no estabelecimento das relações entre os futuros pais e a criança a ser adotada é destacado como de grande importância. Um caso de adoção mal sucedido é apresentado como exemplo da necessidade do trabalho do psicólogo.

Nery	Adoção tardia à luz do princípio do melhor interesse da criança	2017	O presente artigo aborda a questão da adoção tardia e discute a questão dos mitos e preconceitos encontrados nesse tipo de adoção. As modificações na lei configuram uma evolução na questão da adoção no Brasil dando a sua prática um novo formato – a adoção como meio para a desinstitucionalização da criança, garantindo-lhe as condições de exercício de seu direito ao carinho, ao acolhimento e atenção pessoais e prolongados, para que desenvolva bons relacionamentos e comportamentos sociais que são proporcionados no convívio familiar equilibrado e num convívio justo. Além de que a adoção oferece condições para que vários indivíduos realizem o sonho de construir uma família, de serem pais e mães e, acima de tudo, para que crianças possam ser filhos e a conviver em família.
Otuka, Scorsolini Comin e Santos	A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto latino americano	2009	Este estudo tem por objetivo atualizar a literatura científica sobre adoção no contexto latino-americano, focalizando os vínculos estabelecidos entre pais, filhos e irmãos. Foram consultadas as bases LILACS, PEPSIC e SciELO, no período de 1998 a 2008. Foram encontrados 124 trabalhos, dos quais selecionaram-se 13 para análise. O corpus da pesquisa foi submetido à análise de conteúdo, que permitiu destacar motivações para adoção, construção da parentalidade nos pais adotivos e seus significados, adoção tardia e relações fraternas. Os artigos recuperados abordam a construção de vínculos na adoção, a partir do nascimento do desejo de adotar, porém poucos abordam especificamente as relações fraternas na família. Essa temática deve ser explorada por novas pesquisas, dada a importância da presença de irmãos na constituição da personalidade. É necessário ampliar a compreensão acerca da construção de vínculos entre pais e filhos, assim como entre irmãos nas famílias constituídas por adoção.
Pinto; Queiroz.	Reflexões sobre o processo de vínculo na Filiação adotiva	2010	Do ponto de vista psicológico, nem sempre a adoção configura-se como uma solução para o problema do abandono. Muitas vezes, a adoção resulta em um fracasso, comprometendo o desenvolvimento saudável da criança e causando um mal estar e infelicidade que acometerá a todos envolvidos nesse processo. Vários são os fatores responsáveis por tal fracasso. Um

			dos mais identificados na clínica é a falha ou inexistência do estabelecimento de vínculo de filiação entre pais e filhos adotivos Assim, o objetivo deste estudo é refletir sobre os impasses e fatores que dificultam e/ou impedem a formação do vínculo na filiação adotiva.
Albuquerque	A atuação dos profissionais de psicologia da vara da infância e da juventude na política de adoção.	2019	O trabalho se propõe a realizar uma análise documental visando responder a pergunta de como a psicologia contribui nos processos de adoção na Vara da Infância e da Juventude. Em seus achados, falam da importância dos vínculos e como as psicólogas podem intervir nesse processo.
Dias	A adoção de crianças maiores e a construção do vínculo familiar	2017	Esse trabalho utilizou entrevistas com famílias adotantes para compreender como se deu a construção de vínculos no processo de adoção.
Pinheiro	Formação e avaliação do vínculo escola-família: os dois principais contextos para a criança	2004	Esse trabalho discute a importância da formação e avaliação do vínculo Sob a perspectiva da Teoria do Vínculo de Pichón-Rivière, aborda aspectos importantes sobre o vínculo. Mostra-se o processo de socialização como formador de vínculos e sua influência no vínculo das duas principais instituições para o desenvolvimento infantil.
Pordeus; Viana	A estrutura do vínculo familiar na adoção tardia	2020	O objetivo deste estudo é discutir a construção de vínculos afetivos familiares na adoção tardia. Metodologicamente, realizamos uma revisão sistemática da literatura de artigos científicos. Como resultado, percebemos que é importante que os adotados e os adotados queiram formar um vínculo afetivo. O vínculo de amor entre membros de uma mesma família é a resposta e a chave para a harmonia familiar.
Fonseca <i>et al.</i>	A contribuição da psicologia no processo de adoção	2020	O estudo teve como objetivo analisar a atuação de um psicólogo que contribui significativamente no atendimento psicossocial e no processo de adoção, desde o início do processo de adoção até a expedição do ajuizamento da ação de adoção. Os artigos relacionados a este tópico foram revisados sob o título “Adoção, Família e Psicologia”. Os resultados mostram que houve grandes avanços e mudanças significativas nas

			pesquisas sobre adoção, mas as crianças ainda são estigmatizadas devido a processos longos e burocráticos e compromissos na criação de vínculos entre crianças e adotantes, além das questões de idealização por ambos, nas quais há uma visão distorcida da realidade. Também foram identificadas como mistério questões relacionadas às novas estruturas familiares, à inclusão de casais do mesmo sexo no processo de adoção e à dependência de apoio psicológico para desvendar conceitos estabelecidos na sociedade.
Fonseca; Lomando	Parentalidade e adoção: um estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais	2019	O estudo teve o objetivo de comparar os escores das práticas parentais entre homens gays/bissexuais, mulheres lésbicas/bissexuais e homens e mulheres heterossexuais que exercem a parentalidade por meio da adoção. Quatro grupos com estas configurações fizeram parte deste estudo, respondendo ao IPP (24 homens gays/ bissexuais, 24 mulheres lésbicas/bissexuais, 17 homens heterossexuais e 65 mulheres heterossexuais). Os resultados demonstraram não haver diferença significativa entre as práticas parentais em nenhum dos quatro grupos, o que mais uma vez revela que a orientação sexual não se associa às práticas parentais. Entretanto, quando agrupados por gênero, o grupo de mulheres obteve média significativamente mais alta nos domínios disciplina e didático, demonstrando tanto uma ruptura quanto à manutenção das normas de gênero para mulheres e homens.
Morelli, Scorsolini-Co min; Santeiro.	O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura	2015	Este estudo teve como objetivo realizar uma ampla revisão de literatura sobre o lugar reservado às crianças nas dinâmicas de candidatos à adoção. O espaço atribuído a uma criança na psique dos pais fornece pistas para as interações entre os novos membros da família. Critérios de busca que definiram a amostra (N=24): Artigos disponíveis nas bases de dados LILACS, SciELO e PePSIC; publicados entre 2002 e 2012; e cruzados com “pais”, “casais”, “adoção”, “fantasia” e “Psicanálise”, entre outros termos.

Silva <i>et al.</i>	(Re) construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção	2022	O objetivo deste estudo é descrever a experiência da universidade trabalhando com uma ONG no Sul do Brasil durante um ano em colaboração com o grupo. Os encontros são realizados mensalmente, organizados por alunos de pós-graduação com experiência clínica e de pesquisa na área de adoção e sobre temas selecionados pelas famílias participantes. Esta experiência destacou o poder do grupo, que incentiva o relato de sentimentos e preocupações num ambiente acolhedor e sem julgamentos, o que ajuda a desmistificar temas relacionados com a adoção e pode ajudar a construir e fortalecer relacionamentos com crianças e ligações entre crianças e outras famílias.
Ferreira <i>et al.</i>	Avaliação psicológica forense no contexto da adoção nacional, internacional e em pares.	2017	Este artigo tem como objetivo situar aspectos teóricos da avaliação psicológica forense no contexto das adoções nacionais, internacionais e entre pares por meio de um estudo da literatura, sugerindo reflexões sobre a adoção e o papel e a importância dos psicólogos que acompanham esses casos e realizam os exames. Apoiar métodos e técnicas para analisar os antecedentes dos adotados e adotados para tornar o processo mais humano.

Fonte: XAVIER, 2023.

Em seguida, foi realizada uma leitura reflexiva, leitura mais completa dos trabalhos selecionados (terceira fase: interpretação de dados), e a partir da leitura foi feito um fichamento com citações que mais tarde poderiam ser úteis ao trabalho. Além disso, foram utilizados livros e documentos federativos e do Conselho Federal de Psicologia para complementar a fundamentação e garantir uma adequada revisão narrativa de literatura.

Após esse momento de método de análise, iniciou-se a construção dos tópicos: Adoção no Brasil, a importância da construção do vínculo familiar e a atuação da psicologia nos casos de adoção: a construção de vínculos, de acordo com a designação dos objetivos específicos.

3 ADOÇÃO NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) abriga princípios fundamentais, notadamente a promoção de um Estado Democrático de Direito e o zelo pelo Bem-Estar Populacional. Em outras palavras, seu propósito é assegurar, por meio de uma estrutura

democrática, os direitos de todos os cidadãos, com o objetivo de alcançar o bem-estar geral da população. Dessa forma, em seus diversos dispositivos, a Constituição aborda os direitos e responsabilidades necessários para a concretização desses princípios basilares.

No seu Artigo 227, ela vem falar sobre o direito das crianças e dos adolescentes. Trazendo que a criança e o adolescente devem ter “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. E que, além disso, as três esferas: família, sociedade e Estado são os responsáveis por garantir todos esses direitos (Brasil, 1988).

Para que esse objetivo fosse melhor compreendido e firmado, em 13 de julho de 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA detalhou e esclareceu muitos processos que ainda não estavam nítidos. Na sua introdução, é explicado que o “ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta” (Brasil, 1990).

Considerando esses aspectos, de que a criança e o adolescente têm direitos e que esses direitos devem ser garantidos pela família, pelo Estado e pela sociedade, entende-se que o Estado deve criar políticas públicas que salvoguardem esses direitos, que a sociedade deve atuar não só cumprindo com seu dever de cuidado com crianças e adolescentes, como também deve denunciar casos em que esses direitos não estão sendo cumpridos, e a instância familiar que vai dispor de ferramentas que garantem alguns dos direitos, como alimentação, lazer e moradia, e é também essa família que deve buscar com o Estado, os outros direitos, como educação e saúde. Além disso, a família é à base de afeto, de cuidados, de desenvolvimento social, e de valores - o vínculo familiar é uma base emocional necessária.

É nesse sentido que a compreensão de família é “mais do que uma simples reunião de pessoas com o mesmo sangue. Família é encontro, afeto, companheirismo, é dividir pra somar” (Santos, 2020, p.20). É o lugar de desenvolvimento das potencialidades e da intensa busca da felicidade de cada um dos seus integrantes (Dias, 2014 *apud* Santos, 2020, p. 19). Ou seja, a compreensão de família vai para além de um laço sanguíneo, é vínculo, afeto, cuidado, um lar apto para o desenvolvimento saudável.

No entanto, muitas crianças e adolescentes não dispõem de um meio familiar, ou por mortes dos familiares, ou pela decisão dos genitores de entregar o filho à adoção, ou pela

destituição do poder familiar destes. Quando os genitores optarem por entregar seu filho à adoção, primeiro a gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que elaborará um relatório para apresentar à autoridade judiciária. Esse relatório considerará, inclusive, os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

Em seguida, na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e ordenar a colocação da criança sob a guarda provisória de alguém habilitado a adotá-la ou de uma entidade que mantenha um programa de acolhimento familiar ou institucional (Brasil, 2017). Já a destituição do poder familiar se dá por uma medida legal adotada em casos de grave violência, abandono e negligência, nos quais os pais são julgados como incapazes de cumprir o papel de cuidadores e, conseqüentemente, perdem os direitos e obrigações relacionados aos filhos (Gonçalves, 2011 *apud* Lemos; Neves, 2018).

Segundo o artigo 1618 do Código Civil, no Brasil, a adoção só pode acontecer se o adotante tiver idade mínima de 18 anos, e houver uma diferença de dezesseis anos de idade entre o adotante e o adotado (Brasil, 2002). Além disso, o artigo 42, § 2º do Estatuto da Criança e Adolescente explica que não só pessoas casadas que podem adotar, casais em união estável também têm esse direito (Brasil, 1990).

É necessário explicar também que não pode haver adoção entre irmãos, ou entre avó e neto, ou entre parentes, isto porque a relação que a adoção preza é a de pais e filhos, tanto de forma simbólica-emocional como de forma jurídica (Brasil, 2002).

E como acontece o processo de adoção? Inicia-se pelo cadastro de adotantes. Por ordem cronológica, o (s) adotante (s) são chamados para passar por novas etapas. A primeira etapa é o cadastro para habilitação da adoção, para realizar este cadastro, os requerentes devem procurar a Vara da Infância e da Juventude da sua região e levar seus documentos. Os documentos serão analisados, e estando tudo certo, segue-se para a segunda etapa (CNJ, 2019).

A segunda etapa consiste na perícia jurídica, que é realizada por profissionais do direito, da psicologia e da assistência social. Os profissionais do direito atuam nas questões judiciais e burocráticas, os profissionais da assistência social avaliam se os adotantes podem oferecer moradia, educação e alimentação para o (s) adotado (s).

Os profissionais da psicologia procuram compreender os aspectos emocionais que envolvem a decisão da adoção, se os adotantes estão aptos emocionalmente para uma nova construção de vínculo e rotina, bem como, se há segunda intenções com a adoção (Brasil,

2002). Para isso, conforme a Resolução 08/2010, este trabalho pericial pode se utilizar de observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo CFP (CFP, 2010). A adoção só se firma se ela realmente trouxer vantagens para o adotado, e se ela for por motivos legítimos, e não por motivos secundários (Brasil, 2002). O espaço escolhido para realização da perícia, deve ser apropriado para a aplicação de cada técnica escolhida, e os recursos utilizados para aplicação de técnicas devem ser de qualidade (CFP, 2010).

Os profissionais escrevem um laudo que diz seu parecer a respeito da avaliação, os documentos elaborados devem estar de acordo com a Resolução 06/2019 (CFP, 2010). E se a criança tiver mais de 12 anos, ela é chamada pelo juiz para opinar (Brasil, 2002). Concomitante a essa etapa, há a terceira etapa, onde se dá o curso de adoção.

O programa pretende oferecer aos postulantes o efetivo conhecimento sobre a adoção, tanto do ponto de vista jurídico quanto psicossocial; fornecer informações que possam ajudar os postulantes a decidirem com mais segurança sobre a adoção; preparar os pretendentes para superar possíveis dificuldades que possam haver durante a convivência inicial com a criança/adolescente; orientar e estimular à adoção interracial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos (CNJ, 2019, *online*).

Com todas as avaliações positivas e com o curso finalizado, é feita a seleção da (s) criança (s) e dá-se início ao estágio de convivência. O estágio de convivência “é fundamental para verificar se o adotado se adaptou à família e se os adotantes realmente estão preparados para assumir o filho afetivo, sendo imprescindível para demonstrar a convivência do deferimento do vínculo” (Carvalho, 2009 *apud* Nery, 2017, *online*). Este estágio terá duração de 90 (noventa) dias, podendo ser mais ou menos considerando a idade e as individualidades de cada caso (Brasil, 2017). Caso seja firmada a adaptação, a adoção é efetivada de maneira irrevogável.

4 A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO VÍNCULO FAMILIAR

O vínculo é definido por Pichon-Rivière (1991 *apud* Dias 2017) como uma interação dialética, onde através de processos de comunicação, os sujeitos se realimentam mutuamente, se construindo e auxiliando na construção do outro. Aqui é importante esclarecer que é de fato um “auxílio” na construção do outro sujeito, pois o vínculo saudável conta com o processo de

diferenciação, isto é, no encontro com o outro deve haver uma percepção do que lhe é útil e do que não lhe é (Pinto; Queiroz, 2010).

Por conseguinte, Pinheiro (2004, p.04) define vínculo como sendo:

Uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que engloba tanto o sujeito quanto o objeto, tendo essa estrutura características consideradas normais e alterações interpretadas como patológicas. Logo a maneira peculiar em que cada indivíduo se relaciona com o outro, criando uma maneira específica com cada objeto ou sujeito conforme a situação e o momento, deve ser analisada, pois o vínculo determinará as condutas do sujeito. Através das manifestações pessoais do indivíduo, é possível compreender sua estrutura.

Com isso, dentro do contexto familiar, o vínculo é uma forma importante de fortalecer relacionamentos. Isso precisa ser entendido como um vínculo importante em um laço afetivo. No que diz respeito aos relacionamentos, eles precisam ser formados, o que é crucial nestes processos emocionais. O primeiro passo, para estabelecer uma relação afetiva é criar um vínculo, o que é necessário porque fatos e fatores comuns podem surgir durante o processo emocional, sendo através de gostos compartilhados, relacionamentos cotidianos ou mesmo situações adversas (Pordeus; Viana, 2020).

Os mesmos autores ressaltam que, no caso do vínculo, o processo de adoção obviamente exige esforço de todos os envolvidos na criação do vínculo afetivo. A importância das experiências de vínculos nos primeiros anos de vida, está ligada à segurança, conforto e foco, e fatores relacionados à construção de vínculo saudável (Pordeus; Viana, 2020).

Antigamente, eram considerados filhos apenas aqueles que tinham descendência genética e que eram frutos do casamento atual dos cônjuges, com o passar do tempo, a noção de filiação foi mudando, passou-se a considerar filhos aqueles de outro casamento, e ainda, mais adiante, o vínculo afetivo passou a ser considerado pelo jurídico como uma forma de constituir uma família, transformando a noção de família (Pinto; Queiroz, 2010).

Quando o vínculo afetivo se torna imprescindível na noção de família, dois pontos importantes mudam: o primeiro, é que quando há uma destituição da família biológica, é importante que a criança ou adolescente ingressem em uma família substituta por meio da adoção, pois, entende-se que o vínculo é necessário para o desenvolvimento saudável; o segundo, a adoção só se firma se o adotante e o adotado conseguirem construir um novo vínculo de pais e filhos.

Para Pordeus e Viana (2020) a criação do vínculo familiar é considerada o eixo para a formação saudável de qualquer criança ou adolescente, bem como a história de estabelecimento desses vínculos, que se fundamenta em adoções posteriores, o que se revela

um grande obstáculo ao fortalecimento dos vínculos que poderão ser formados após adoções posteriores. O impacto pode ser identificado na necessidade de incorporar o novo e superar a ameaça de desintegração e devolver as representações à prática cotidiana. Assim, é fundamental compreender o vínculo como uma necessidade humana que se inicia na relação mãe-bebê e se reforça no cotidiano dos familiares, independente de sua configuração. Desse modo, o processo de vínculo familiar existe em diversas situações, tanto negativas, quanto positivas. Sabendo disso, é essencial a formação de conexões com as pessoas ao redor e organizar processos psicológicos básicos para formar essas relações.

No que diz respeito ao vínculo na relação filial, o mesmo é caracterizado pelo desejo de um sujeito pelo outro, o desejo do pai ser pai daquela criança, e a criança ser filho daquele pai. É a partir dessa perspectiva que compreende-se atualmente que para firmação da adoção, após o estágio de convivência, é necessário que haja o sentimento de pertencimento na família, que a família tenha se organizado, se reestruturado, e nessa reestruturação, os componentes se sintam pertencentes aos seus novos papéis, e em consequência, se sintam pertencentes a família (Pinto; Queiroz, 2010).

Fonseca *et al.* (2020), corrobora enfatizando que o percurso de filiação é uma etapa muito complexa no processo de adoção. O preparo é necessário tanto para a criança quanto para a família adotiva, pois nesta família há idealização, espera e decepção. Já outro aspecto imprescindível é a motivação de uma família para adotar uma criança, e sendo esse aspecto decorrente de necessidades vulneráveis, faz-se essencial desenvolver a sua resiliência diante do medo e da dor durante o processo de adoção. O “sonho” de um filho não é uma particularidade apenas das famílias adotivas. Desde o nascimento, os pais criam em suas mentes como será o desenvolvimento e futuro desse novo membro, que, por sua vez, não é imune à imaginação familiar.

Pinto e Queiroz (2010) ainda abrem uma discussão importante sobre a necessidade dos profissionais estarem atentos se de fato o processo de vinculação e filiação se concretizou, ou se houve apenas uma adaptação com o contexto familiar. Isto porque, se a criança e os pais tiverem apenas se habituando aos novos papéis, ao invés de se familiarizarem com eles, o sentimento de pertencimento, que acima foi discutido, não irá aparecer, e desse modo, a vinculação não será realizada da forma mais saudável.

Outro ponto a ser discutido é que, no passado, o vínculo paterno era automaticamente associado ao pai e o vínculo materno à mãe, baseando-se no sexo biológico dos pais. No entanto, compreendemos cada vez mais que o vínculo parental não está limitado ao gênero ou ao sexo biológico. Desse modo, quando há uma referência a vínculo paterno e materno,

não se fala de homem e mulher. O vínculo parental é uma conexão profunda e significativa entre pais e filhos, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.

Segundo Fonseca e Lomando (2019), parentalidade é um termo considerado relativamente novo que tem sido usado na literatura psicanalítica francesa desde a década de 60 para marcar as dimensões processuais e construídas da relação entre pais e filhos. Desse modo, a parentalidade tem sido discutida sob diferentes perspectivas. Assim, voltando-se para o ciclo de vida, as atividades centrais do início da vida adulta podem basear-se na aquisição e aprendizagem de papéis que estão diretamente relacionados com as emoções, atividades que são direcionadas para o casamento e projetos parentais. Ademais, quando se consideram as relações familiares que ligam pais/cuidadores aos filhos, a parentalidade é um dos elementos que emerge, envolvendo o exercício das funções parentais, nomeadamente os cuidados básicos de alimentação, vestuário, educação e saúde, reproduzidos no cotidiano da família.

Para Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015), a construção da parentalidade é entendido como um processo contínuo, pelo que refletir sobre as motivações, idealizações e medos subjacentes dos pais é essencial para compreender a parentalidade e apoiar intervenções de promoção da saúde. Por meio dos discursos tecidos pelos pais é possível investigar como a posição do bebê se inscreve no universo simbólico dos pais. Essa constituição também está relacionada à capacidade subjetiva dos pais em construir uma imagem do filho, em criar fantasias e expectativas para o filho, nas características familiares que lhes são atribuídas, nos aspectos que interferem na sua constituição como pessoa, o que é possível no caso de parentesco biológico, bem como na adoção.

É crucial compreender que o vínculo parental não depende exclusivamente do sexo biológico dos pais. A paternidade e a maternidade são construídas com base no cuidado, amor e envolvimento emocional. Pais adotivos, pais solteiros, casais do mesmo sexo e famílias não tradicionais têm a capacidade de desenvolver vínculos parentais tão fortes e significativos quanto às famílias tradicionais (Násio, 1995). O importante é o afeto, a dedicação e o suporte emocional que os pais oferecem aos seus filhos.

O vínculo paterno é uma relação afetiva entre pai e filho que vai além da biologia. Um pai envolvido emocionalmente contribui para o crescimento saudável dos filhos, promovendo seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional (Diniz, 1994). Dessa forma, a participação dos pais desde cedo tem sido associada a melhores resultados acadêmicos, maior autoestima, segurança emocional e resiliência nas crianças.

Da mesma forma, o vínculo materno é uma conexão afetiva entre mãe e filho, independente do sexo biológico. Nos primeiros estágios da vida, a presença materna é essencial para fornecer cuidados, nutrição e um apego seguro. O vínculo materno influencia a capacidade das crianças de formar relacionamentos saudáveis, desenvolver empatia e lidar com emoções de maneira adequada (Dolto, 1998).

A figura paterna, segundo Freud (1967 *apud* Násio, 1995), é importante para a estruturação da função neurológica da criança, enquanto a figura materna é da proteção e nutrição. Mas na questão social, as pessoas interpretam que somente o homem ou mulher, podem desempenhar seus papéis, estes, construídos. Portanto, no ideal social, o homem seria o único que poderia ser o dono do poder e a mulher seria a única a ter o cuidado para realizar com sua família. Porém, o vínculo com a criança, é possível de introduzir todos esses atos, sejam por outros sujeitos, como os avós, tios, entre outros, passando a serem seus responsáveis, vistos pelo mesmo papel social, que dessa forma, vai além de sexo biológico (Násio, 1995).

Portanto, é importante ressaltar que a criança é a parte mais frágil do vínculo social, neste caso uma criança que está em processo de adoção poderá se tornar emocionalmente instável e afetada psicológica. Como a criança teria sido abandonada antes de ser adotada, a orfandade e o abandono acompanham a história de vida de muitas crianças e é necessário o apoio de um profissional de psicologia. A psicologia pode dar uma enorme contribuição às crianças em processo de adoção e às famílias envolvidas no processo.

É aqui que o conhecimento psicológico é aplicado, contribuindo para a saúde mental e a investigação sócio-jurídica. Este acompanhamento é importante antes, durante e depois do processo de adoção. Nesse contexto, a psicologia entende o processo de adoção como uma constituição, a formação de uma família, em que as emoções são vistas enquanto base segura e possibilidade de realização e desenvolvimento para a criança e também a família adotiva. Por isso, que o papel do psicólogo é crucial nesse processo, uma vez que seu papel é mediar as características conflitantes do processo de adoção (Fonseca *et al.*, 2020).

5 A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS CASOS DE ADOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS

Um processo de adoção pode ser complexo e difícil para a criança, visto que pode haver possibilidade de ter sido abandonada precocemente e, dependendo das circunstâncias, ser adotada anos depois ou nem mesmo ser adotada. Tal fato gera dor e sofrimento, fazendo

com que mecanismos de defesas atuem na criança por meio de privação emocional, agressão, dificuldade de formar novos vínculos emocionais e dificuldades de aprendizagem, entre outros fatores.

Crianças que aguardam adoção, que passaram por longos processos de ruptura e vicissitudes de cuidados inadequados, muitas vezes apresentam necessidades significativas de cuidados às suas novas famílias, a fim de restabelecerem sua subjetividade. Estas crianças necessitam de cuidados com a sua saúde física e mental, visto que podem ter tido vivências de abandono, violência e institucionalização prolongada. Esses aspectos complicam o desenvolvimento de uma relação de apego entre pais e filhos (Silva *et al.*, 2022).

Portanto, o papel dos psicólogos é fundamental no acolhimento dessas crianças e na avaliação dos candidatos à adoção. É importante que ambas as partes estejam mentalmente preparadas porque os adotantes assumirão o papel de pais e, o adotado restabelecerá uma nova constituição familiar no novo lar com novas pessoas, o que implica em várias mudanças, desencadeando a vivência de diferentes emoções. Portanto, o trabalho dos profissionais de psicologia é fundamental, principalmente no fornecimento de apoio emocional às crianças (Ferreira *et al.*, 2017).

Desse modo, a atuação da psicologia nesse processo é crucial, podendo citar a psicoterapia para adotantes e adotados; assessoria técnica em processos de adoção; perícia psicológica para inclusão no cadastro nacional de adoção; avaliação dos vínculos no estágio de convivência.

A intermediação realizada por esses profissionais da psicologia, durante o momento em que a criança será colocada em um novo lar, para uma família que espera por ela e que procura acolhê-la, para Peiter e Gomes (2008), existe a necessidade que seja realizada por meio de psicólogos através da psicoterapia para adotados, que com funções da especialização, será feito o preparo psicológico para que haja, dessa forma, a construção de um novo vínculo, sendo esse, subjetivo para cada sujeito. Logo, é importante salientar, que o modo em que se realiza a ligação entre os sujeitos da relação, de quem sabe, uma nova família, é crucial para que ocorra bem, compreendendo o espaço necessário para acostumar-se, gradualmente a fala e a individualidade a ser exposta, conhecida por todos.

A função essencial demonstrada pela psicologia, expõe a relação de desempenho entre famílias adotivas e as crianças ou adolescentes, em que ambos passaram por um processo complexo, a adoção. Outro papel a ser realizado pelos psicólogos, é a psicoterapia para adotantes, para que a partir disso, haja orientação em suas falas e gestos, que compõem

estratégias a serem feitas pelos pais adotivos, facilitando o convívio e a seguir normalmente de forma saudável (Weber,1998).

A importância de acompanhamento aos adotantes é essencial, principalmente durante o momento de espera, visto que, podem se sentir pressionados, angustiados e repletos de medo em uma nova fase, que é a filiação, com seu filho. Portanto, a habilitação é verificada, para que assim, aqueles que fazem seu requerimento, tornem-se capazes, além do seu desejo de exercer o poder familiar, de estarem em um rumo correto para um acolhimento correto, essencial para que a prática da parentalidade ocorra de forma mais natural possível e receptível por todos.

Na perícia psicológica para inclusão no cadastro nacional de adoção, os interessados em adotar são avaliados por um psicólogo forense especializado que emitirá pareceres favoráveis ou desfavoráveis ao candidato à adoção, sempre com o objetivo de avaliar a satisfação e as necessidades do adotado. Ao realizarem avaliações psicológicas dos responsáveis em potencial, os profissionais de psicologia ajudarão a identificar suas motivações, habilidades e recursos emocionais para lidar com a adoção, em que, anterior a ela, os psicólogos oferecem aconselhamento igualmente ao pré-adotivo, ajudando os pais a compreenderem as implicações sentimentais da adoção e a como lidar com expectativas e preocupações com a mesma (Ghirardi, 2008).

Já na assessoria técnica em processos de adoção, os psicólogos fornecem durante o processo, apoio contínuo aos pais, para que possam assim, entre o estresse e a ansiedade associados à espera e ao trâmite burocrático, saberem como encarar esses fatos, assim como a orientação ao se prepararem para a chegada da criança ou adolescente, criando desta forma um ambiente acolhedor. Após a adoção, o suporte, com o auxílio na adaptação, continuam a ser realizados pelos psicólogos, para que se estabeleça, dessa forma, laço afetivo saudável entre as partes incluídas nos desafios de ajustamento (Alvarenga; Bittencourt, 2013).

Dessa forma, há o suporte familiar, em que outros membros da família, possam de alguma forma compreender e lidar com as mudanças trazidas pela adoção. Em resumo, a psicologia desempenha um papel importante fornecendo apoio emocional, orientação e estratégias práticas para que auxilie as famílias adotivas em todas as fases do processo, contribuindo para o desenvolvimento de vínculos saudáveis e o bem-estar de todos os envolvidos (Weber, 1998).

Sendo perceptível a dificuldade do período intermediário, de acordo com os estudos de Paiva (2004), a avaliação dos vínculos no estágio de convivência é fundamental nesse momento em que as dificuldades podem tornar-se como resposta para os requerentes, à

desistirem da adaptação, logo, surge um abandono após conflitos de qualquer natureza. Porém, é preciso que haja tempo de convívio, de troca de experiências, em que a presença de psicólogo possa guiar os responsáveis e as crianças, para que o processo seja facilitado, valorizando sentimentos, espaços, dúvidas a serem respondidas, ao invés de reprimidas, muitas vezes.

Em relação à subjetividade dos pais que desistem no processo, abordada por Ghirardi (2008), estudou sobre o narcisismo parental, em que durante os conflitos entre ideais ou emocionais, demonstram como experiências anteriores podem ter sido as principais a intensificarem seus olhares durante a devolução da criança. Enquanto, no momento da desistência, o sofrimento gerado para as crianças que supunham estar adotadas, com o ideal da infância de buscarem uma família e se sentirem acolhidas, tornam-se pensamentos enfatizados de se sentirem rejeitadas por terceiros (Alvarenga; Bittencourt, 2013).

Justamente em razão disso, a atuação de psicólogos é fundamental para auxílio emocional, para passar por um processo, tentando garantir que ocorra da melhor forma para os envolvidos, como também, garantir a orientação caso a adaptação não seja realizada, portanto, independentemente da permanência da criança com a família ou não, o suporte a ser feito é essencial, para o luto da rejeição, igualmente para o caso em que facilita sua adaptação em um lar. Sendo assim, o apoio psicológico é essencial, seja para que o ambiente em que acolheu a criança seja preparado e a priorize, como para os casos em que a angústia do abandono após ou antes da desistência, esteja sendo uma preocupação do menor de idade, como explanado por Winnicott (1983).

Logo, o papel da psicologia para desenvolver e firmar esses vínculos a serem construídos, demonstra nas figuras parentais uma identificação perante o olhar da criança, visto que, valorize dessa maneira, como figuras maternas e paternas, estejam aptas para desenvolverem emoções conjuntamente. O trabalho para essa adaptação, é de que o psicólogo faça de forma gradativa, demonstrando a filiação a ser feita, com a sensação de pertencimento (Weber, 1998). Sendo dessa forma, criada uma ligação entre pais e filhos adotados, em suas ambas aceitações de acolhimento, faz-se necessário, visto que a criança vem de um histórico, muitas vezes, de trauma e rejeição, por esse motivo a importância do profissional em realizar o acompanhamento, para garantir que seja feita a mudança de expectativa, para realidade.

Entre as estratégias a serem feitas, podem ser expostas as de construção parento-filial, vivências das crianças em novos contextos, com novos pais, a afinidade para o preparo de morarem juntos, como uma família. Para isso, é preciso que o profissional, junto com o pai e/ou mãe, identifiquem juntos questões comuns, para o propósito da adoção ocorrer em maior

acolhimento. Todos esses fatores, sendo facilitados quando há um psicólogo adaptando os envolvidos à serem capazes, logo, interferindo como um terceiro, de forma crucial e importante, para haver segurança, confiança, bem-estar psíquico, proteção, apoio (Alvarenga; Bittencourt, 2013).

Em vista disso, a parentalidade adotiva é demonstrada, juntamente ao psicólogo, que ampara aqueles que se sentem em dúvida, para que construam a relação de pais e filhos, em um vínculo de ambiente amoroso e saudável (Weber, 1998), constantemente para um priorizar o melhor interesse da criança.

Portanto, o trabalho do psicólogo é de vital importância nos casos de adoção, pois as crianças e adolescentes que permanecerão em abrigos por um período de tempo devem receber as acomodações necessárias e precisam de alguém que os acompanhe para não causar graves danos psicológicos. Além disso, é necessário ter uma perspectiva subjetiva ao avaliar as pessoas que consideram a adoção, pois cada pessoa tem motivos únicos para a adoção. Os psicólogos são obrigados a seguir padrões profissionais e agir com ética e empatia ao lidar com conflitos que possam surgir durante o processo de adoção judicial (Ferreira *et al.*, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia, ao longo deste estudo, revelou-se ser uma peça fundamental na compreensão das complexidades emocionais enfrentadas por crianças e suas famílias em processo de adoção. As ferramentas psicológicas proporcionam *insights* valiosos que, de outra forma, poderiam passar despercebidos, destacando a necessidade contínua dessa disciplina no suporte a contextos tão sensíveis como a adoção.

O processo legal de adoção no Brasil é um componente crucial para garantir o bem-estar das crianças envolvidas. Este artigo teve como objetivo abordar as etapas formais desse processo, destacando mudanças recentes na legislação. Ao compreender a intrincada jornada legal, é possível fortalecer as políticas e práticas de adoção, assegurando um acolhimento para as crianças adotadas e suas novas famílias.

Ademais, mediante as pesquisas notou-se que a construção de vínculos familiares sólidos é essencial para o desenvolvimento saudável da criança. Onde, houve uma exploração da literatura psicológica para destacar como o estabelecimento e a manutenção de vínculos afetivos influenciam positivamente na estabilidade emocional, autoestima e resiliência da criança.

Outrossim, pode-se perceber que a psicologia desempenha um papel fundamental ao longo do processo de adoção, seja nas avaliações psicossociais, na sua contribuição para a seleção criteriosa de pais adotivos e nas possíveis intervenções psicológicas destinadas a fortalecer os vínculos familiares após a adoção, evidenciando a importância do suporte contínuo para as famílias adotivas e crianças.

Ao longo da construção desse trabalho, foi evidente que desafios como resistência emocional, questões familiares e questões de adaptação podem surgir durante o processo de adoção. No entanto, a intervenção ativa da psicologia desempenha um papel crucial na superação desses obstáculos, fornecendo meios para lidar com as dificuldades específicas enfrentadas por cada família e criança.

Assim, percebe-se que se faz necessário que os profissionais da psicologia adotem abordagens personalizadas que levem em consideração, não apenas as necessidades individuais da criança, mas também o contexto familiar que ela saiu e o que está sendo inserida. Intervenções de apoio emocional, aconselhamento familiar e programas educativos podem ser implementados para fortalecer os laços e proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento da criança em seu contexto biopsicossocial.

Em conclusão, este estudo reforça a convicção de que a psicologia desempenha um papel insubstituível na construção de vínculos sólidos em situações de adoção, trazendo ainda mais o reconhecimento da complexidade desses processos e concluir as inquietações sobre como uma orientação adequada da psicologia, pode oferecer suporte mais eficaz, garantindo o bem-estar emocional e o desenvolvimento saudável das crianças adotadas e de suas novas famílias.

Portanto, se faz necessário, que com a complexidade e a evolução do cenário de adoção, profissionais e estudantes, busquem investigar e entender os impactos das mudanças legislativas na eficiência e eficácia do processo de adoção. Além disso, se faz importante explorar as experiências de crianças adotadas em diferentes contextos familiares e examinar a eficácia de abordagens inovadoras de intervenções psicológicas que possam enriquecer ainda mais o entendimento e orientar a melhoria contínua dos serviços de adoção. Assim, mantendo-se em busca da promoção de um ambiente acolhedor para as crianças adotadas e um apoio psicológico às mudanças que acontecem a partir desse processo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. BITTENCOURT, M. A Delicada Construção de um Vínculo de Filiação: O Papel do Psicólogo em Processos de Adoção. **Pensando Famílias**, v. 17, n.1, p.41-53, 2013.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a05.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, L. A. M. P. **A atuação dos profissionais de psicologia da vara da infância e da juventude na política de adoção**. Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_c1ac30fb78a9d03657aac78d271b96e8. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

DIAS, F. C. S. C. **A adoção de crianças maiores e a construção do vínculo familiar**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_9e90a3ed1355603ebbf87bcc11903cff. Acesso em: 18 Out. 2023.

DINIZ, J. S. Adoção: notas para uma visão global. 1994. In: FREIRE, F. (org.). **Abandono e adoção: contribuições para uma cultura de adoção II**. Curitiba: Terre des Hommes, p. 13-30, 1994.

DOLTO, F. Reflexões sobre a adoção. In: DOLTO, F. **Os caminhos da educação: textos escolhidos, anotados e apresentados por Claude Halmos**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. p.231-46.

FERREIRA, A. A. C. *et al.* Avaliação psicológica forense no contexto da adoção nacional, internacional e em pares. **Psicologia Pt**, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1128.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023

FONSECA, F. M. M. *et al.* A contribuição da psicologia no processo de adoção. **PubSaúde, Manaus**, v. 1, n. 3, p. 1-14, 2020.

FONSECA, K.; LOMANDO, E. Parentalidade e adoção: um estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 30, n. 2, p. 9-19, 2019.

GHIRARDI, M. **A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001773769>. Acesso em: 08 jun. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEMOS, S. C. A.; NEVES, A. S. A família e a destituição do poder familiar: um estudo psicanalítico. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 21, n. 2, p. 192–203, maio 2018.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 27, p. 175-194, 2015.

NASIO, J. D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Disponível em: https://psicossemioticas.files.wordpress.com/2013/10/livro_nasio_j-d_introducao-as-obras-de-freud_ferenczi_groddec_klein_winnicott_dolto_e_lacan.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.

NERY, N. Adoção Tardia à Luz do Princípio do Melhor Interesse da Criança. **Jus Brasil**, 2017. Disponível em: .

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. A Configuração Dos Vínculos Na Adoção: Uma Atualização No Contexto Latino-Americano. **Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.** São Paul, v.19, n.3, p. 475-486, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19935/22013>. Acesso em: 08 maio 2023.

PAIVA, L. D. **Adoção: significados e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PEITER, C.; GOMES, I. Sobre a preparação de crianças para a adoção. **Família: Diagnóstico e abordagens terapêuticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PINHEIRO, Ivania Maria. **Formação e avaliação do vínculo escola-família: os dois principais contextos para a criança.** 2004.

PINTO, L. M. S.; QUEIROZ, E. F. **Reflexões sobre o processo de vínculo na Filiação adotiva.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP_45aa585936d5f5cae7285682d7e31d0f. Acesso em: 18 out. 2023.

PORDEUS, M. P.; VIANA, R. A. A estrutura do vínculo familiar na adoção tardia. **Cadernos de Comunicação**, v. 24, n. 2, 2020.

SANTOS, B. G. **A adoção por casais homoafetivos: constituição da família homoparental, o direito e o preconceito.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade da Amazônia – FAMA. Amazonas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.fama-ro.com.br/bitstream/123456789/127/1/TCC%20BRUNO%20GALV%C3%83O.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

SILVA, P. S. *et al.* (Re) construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. **Revista da SPAGESP. Ribeirão Preto: Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, 2000**. Vol. 23, n. 1 (jan./jun. 2022), p. 175-190, 2022.

WEBER, L. N. D. **Laços de Ternura**: pesquisa e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica, 1998.

WINNICOTT, D.W. **O ambiente e os processos de maturação**. Estudos sobre a Teoria do Desenvolvimento Emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.